

Abuso sexual infantil intrafamiliar: Um estudo sobre os impactos na família

Francisca Sirlene Ferreira Seibel (UNIFAMA) syrleiasseibel@outlook.com.br*

Garantã do Norte, 2021

Resumo: O presente artigo tem como intuito trazer à luz das discussões as questões que permeiam o abuso sexual infantil no seio intrafamiliar, bem como seus impactos na mesma. É importante que, partindo do ponto de vista profissional, haja vista a relevância da temática, e dos cuidados psicológicos necessários para que tanto a vítima quanto a família possam se reestruturar após o fato ocorrido. Nesse sentido, objetiva-se observar os impactos e quais os grupos de maior vulnerabilidade como forma de discussão e conscientização sobre a temática. Para tanto, lançou-se mão de uma pesquisa de cunho fundamentalmente bibliográfico, baseado em artigo e materiais especializados.

Palavras-chave: Abuso sexual infantil; impacto familiar; abuso intrafamiliar.

Abstract: This article aims to bring to the light of the discussions the issues that permeate child sexual abuse within the family, as well as its impacts on it. It is important that, from a professional point of view, the relevance of the theme and the necessary psychological care are taken into account so that both the victim and the family can restructure themselves after the fact that occurred. In this sense, the objective is to observe the impacts and which groups are most vulnerable as a form of discussion and awareness on the subject. For this purpose, a fundamentally bibliographical research was used, based on articles and specialized materials.

Keywords: Child sexual abuse; family impact; intrafamily abuse.

1. INTRODUÇÃO

Situações de abuso sexual infantil, quando abordadas, são sempre chocantes, mesmo para quem não está diretamente envolvido com a situação; trata-se ainda de um tema que gera polêmicas, até mesmo receio quanto à sua abordagem e, nesse sentido, torna-se fundamental que, cada vez mais, o mesmo seja trazido à luz das discussões, a fim de que haja preparo, não apenas de profissionais da área da Psicologia, mas também das áreas de Saúde e Educação, de modo que saibam lidar de maneira mais adequada com as situações com as quais se depararem. O abuso sexual infantil intrafamiliar é uma situação que por vezes parece distante da realidade, mas que se faz mais presente do que se possa imaginar. Nesse sentido, levanta-se questionamentos a respeito dos impactos sofridos pelas famílias frente à descoberta de

* Acadêmica do curso de Psicologia da União das Faculdades de Mato Grosso – UNIFAMA. Trabalho de Conclusão de Curso sob orientação do Prof. Me. Elton Borba.

casos de abuso sexual infantil por familiares e parentes próximos à criança, com os quais se têm convívio diário. Além disso, é fundamental que haja cuidados, em especial psicológicos, tanto para a vítima, quanto para os seus familiares mais próximos e também para as equipes escolares, uma vez que o abalo emocional causado pela situação de enfrentamento de casos de abuso infantil intrafamiliar é de grande impacto. Ou ainda, profissionais da educação que se culpam por não terem notado antes o que estava acontecendo com a criança, que acabam se questionando se fizeram o correto quando se deparam com a dúvida da veracidade da situação a ser investigada.

Sendo assim, observa-se que existem várias questões que precisam ser estudadas e aprofundadas de modo que seja possível contribuir ainda mais para as produções acadêmicas sobre esta temática, não só para o universo da psicologia, mas, conseqüentemente, contribuindo com o preparo de um profissional ético e competente. Quando casos de abuso sexual infantil intrafamiliar são trazidos à tona, muito se questiona sobre a mãe e/ou responsável pela criança não ter percebido por ser negligente, ou ainda, conivente com a situação (CUNHA e DUTRA, 2019). Nessa direção, levantaram-se questionamentos sobre os impactos familiares frente aos casos de abuso sexual infantil intrafamiliar, uma vez que a família, como base para o desenvolvimento pleno de uma criança, passa a ser considerada como sinônimo de insegurança e medo de maneira a dificultar o processo de recuperação dessa criança. Compreende-se que é essencial que a criança, mas também os familiares da mesma recebam acompanhamento e cuidados profissionais, a fim de que saibam lidar adequadamente com a situação e, principalmente, que possam dar suporte e apoio à criança/vítima de abuso sexual; sendo válido considerar que por vezes a própria estrutura familiar é abalada nessas situações, tornando-a, também, vulnerável.

Os casos de abuso sexual infantil intrafamiliar são, infelizmente, muito frequentes, e ao mesmo tempo muito difíceis de detectar e confirmar. Nessas situações, é essencial também voltar os olhos aos impactos sofridos pela família frente ao abuso sexual infantil, haja vista que a mesma é tida como base de amparo e apoio para que a criança possa caminhar em direção à superação do trauma, contando com o auxílio profissional e também familiar. Contudo, se o abuso aconteceu dentro do próprio seio familiar, a confiança nos membros mais próximos é quebrada, dificultando a construção da rede de apoio e acolhimento tão necessária para a superação dos impactos deixados pela situação do abuso sexual infantil. Além disso, é fundamental que aqueles que darão apoio à criança no caminho para a superação do trauma também recebam cuidados e atenção, a fim de que estejam devidamente preparados para tal. E

nessa direção, torna-se fundamental trazer à luz das discussões e reflexões qual a atenção direcionada a essas famílias, que sofrem junto com suas crianças, e que precisam ampará-las e acolhê-las.

Nesse sentido, o presente artigo objetivou levantar os impactos do abuso sexual infantil intrafamiliar, definindo o abuso e a violência sexual de modo a compreender mais sobre os grupos mais vulneráveis a sofrer violência/abuso. Além disso, buscou-se discutir os diferentes impactos sofridos pela família frente aos casos de abuso sexual infantil intrafamiliar e o tipo de apoio profissional que a família recebe para estar preparada no auxílio e apoio a criança vítima de abuso sexual intrafamiliar. Como também, esse trabalho ressaltou a importância da família para o encaminhamento da situação de abuso vivenciada pela criança, de forma que tanto a criança ou jovem vítima de uma violência quanto a sua família, afetados por tal evento, possam superá-lo da melhor forma possível com ajuda profissional especializada.

2. DESENVOLVIMENTO/DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Propor reflexões a respeito do abuso sexual infantil é sempre algo polêmico e, ao mesmo tempo, essencial de modo que seja possível, cada vez mais, buscar coibir tal situação, protegendo as crianças e os seus direitos. É fundamental, portanto, a fim de compreender e aprofundar os conhecimentos a respeito da temática proposta, buscar definições, conceitos sobre o que é o abuso sexual infantil. Nessa direção, Pimentel e Araújo (2006, citado por DA LUZ GOMES e FARIA, 2017, p. 919) caracterizam “como uma relação de poder na qual a criança ou adolescente é vitimizado, o abuso particulariza-se pelo fator de imaturidade das crianças e adolescentes quanto a atividades sexuais sendo incapazes mentalmente e fisicamente de dar qualquer consentimento por falta de compreensão do ato”.

É possível observar que, devido à vulnerabilidade e inocência, as crianças acabam tornando-se alvos fáceis de pedófilos e abusadores, que acabam incitando ou praticando atos de natureza sexual, sem qualquer consentimento e muito menos compreensão por parte das vítimas. Nesse sentido, Da Conceição Sanches et al. (2019, p. 4) reforçam que:

A violência/abuso sexual pode ser diferenciado de acordo com a presença ou não de contato físico. É comum que a violência inicie de formas menos invasivas, como a sedução e a violência/abuso sem contato físico, sendo percebidas pela criança como uma demonstração afetiva, progredindo com aumento de frequência e também para formas com contato físico, embora isso não seja um padrão. Quando a criança suspeita ou entende sobre a violência, o agressor inverte os papéis, fazendo com que ela se sinta culpada. Além disso, usa de ameaças diversas para exigir o segredo da criança violentada.

Conforme supracitado, é possível observar a complexidade das situações de abuso sexual, principalmente nas situações dentro das famílias – aqui trabalhadas como intrafamiliares – uma vez que nesses casos a figura do agressor é alguém do convívio da criança, muitas vezes de confiança dos pais ou, ainda, os próprios genitores, dificultando denúncias por se tratar de situações onde a palavra da criança não é levada a sério, é desmerecida e tratada com dúvida. Em vista disso, é importante salientar também que há grupos de maior vulnerabilidade frente a situações abusivas, conforme expõem Da Conceição Sanches et al. (2019, p. 3):

[...] destacam-se os grupos mais vulneráveis à violência, nos quais encontram-se as crianças, devido às suas fragilidades e vulnerabilidades inerentes à própria infância, pois dependem de cuidados. Desta forma, diante das peculiaridades e complexidades que envolvem a violência, esta vem sendo reconhecida como uma questão social e de saúde pública devido à magnitude da violação aos direitos humanos.

Ainda sobre os impactos sobre esses grupos vulneráveis, conforme Werner e Simão-Silva (2017, citado por DA CONCEIÇÃO SANCHES et al, 2019, p. 3), “além de dependente de cuidados, as crianças e os adolescentes apresentam capacidade de resistência à violência diminuída, infringindo, assim, os princípios da autonomia e benevolência”. Sendo assim, é possível compreender que as situações de abuso, em geral, acontecem com indivíduos em situação de vulnerabilidade, nesse caso específico, as crianças são vítimas frágeis devido à sua imaturidade e mais ainda de sua dependência de cuidados, conforme exposto por Da Conceição Sanches et al. (2019). Compreende-se aqui que, devido ao fato de receberem muitos cuidados sempre, os primeiros atos, nem sempre invasivos, de abuso sexual acabam sendo entendidos apenas como cuidados, e por se tratar de alguém em quem a família e até mesmo a vítima inicialmente confia, as crianças acabam se tornando vítimas vulneráveis e fáceis para o abusador. Sanderson (2005, citado por SAID, JUNQUEIRA e COSTA, 2016, p. 6) define que “o abuso sexual é compreendido [...] como todos os contatos que incitem ou forcem crianças ou adolescentes a se engajarem em atividades de cunho sexual, quer envolvam contato físico ou não”.

É válido salientar que a violência sexual não precisa ter necessariamente contato físico, mas também é a exposição a conteúdos de cunho sexual, que evidentemente são impróprios à idade, e outras atividades que tenham conotação sexual, mesmo que sem contato físico. Nesse sentido, Misaka (2015, p. 239) postula que:

A violência pode ser conceituada como uma relação de forças retratada pela injusta dominação em um polo e a coisificação no outro. Infere-se que na base daquela definição está a noção de liberdade, haja vista que a violência representa dominação, ou seja, submissão de alguém por meio da força (contra a vontade) até ao ponto de

coisificar o submisso, aniquilando-lhe a condição humana. Em especial quanto à violência sexual, o atentado à liberdade da vítima fica ainda mais evidente, já que retira dela a prerrogativa de decidir acerca de seu corpo, dos seus desejos sexuais. No caso da violência sexual infanto-juvenil essa relação impositiva é incrementada por mais duas desigualdades, as de gênero e geração.

Nessa direção, torna-se essencial buscar aprofundar a definição de abuso sexual infantil e, conforme exposto por Da Conceição Sanches et al. (2019), compreende-se que “a violência sexual contra crianças e adolescentes é definida como todo ato ou jogo sexual com intenção de estimular sexualmente a criança ou o adolescente, com o objetivo de utilizá-lo para obter satisfação sexual, em que os autores da violência estão em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado que a criança ou adolescente” (BRASIL, 2010, citado por DA CONCEIÇÃO SANCHES et al., 2019, p. 4)

Observa-se aqui, que o abusador/agressor lança mão de seu desenvolvimento psicosssexual adiantado para conseguir tirar vantagem da situação de abuso/violência sexual, valendo-se da inocência e da imaturidade das vítimas, a fim de satisfazer-se sexualmente por meio da incitação de crianças e adolescentes. Antony e Almeida (2018, p. 185) em sua abordagem sobre violência sexual, mais especificamente sobre a violência sexual no contexto familiar, expõem que:

[...] a violência sexual deve ser tratada como grave violação do direito humano que traz significativa implicação social e severas consequências psicológicas. É uma ofensa brutal contra a alma pueril da criança, sendo difícil imaginar porque alguém tão próximo (pais, padrastos, tios, primos, irmãos), que deveria cuidar e proteger, sente o ímpeto de machucá-la e tem desejos sexuais dirigido a um corpo ainda em desenvolvimento que, em princípio, é destituído de apelo erótico. O abuso sexual contra crianças na família é considerado uma traição ao princípio da lealdade familiar.

O trecho de Antony e Almeida torna evidente a gravidade das situações de abuso sexual no seio familiar, uma vez que a família é a entidade que deveria zelar e proteger a integridade da criança, assegurando seus direitos mais básicos, mas é a responsável pelo sofrimento de modo a causar graves e profundos traumas psicológicos. De acordo com Pesce (2008):

Quando a violência é direcionada à criança, verifica-se a ocorrência de uma grave violação dos direitos humanos, uma vez que tais ações ferem os princípios de liberdade, dignidade e respeito, e produzem interferências severas no desenvolvimento humano saudável do infante. Muitos estudos mostram os prejuízos que a violência intrafamiliar pode causar nessa importante fase do desenvolvimento do ser humano. (PESCE, 2008, citado por CARDOSO e GARCIAS, 2020, p. 38)

Observa-se que os danos causados ao desenvolvimento da criança vítima de abuso são severos e gravíssimos, uma vez que a mesma tem seus direitos fundamentais violados e,

ainda, violados por pessoas que deveriam ser para o infante, sinônimo de amor, de proteção e de cuidado. Nessa direção, De Cássia Lima e Rocha (2018, p. 36), sobre os danos causados por traumas na infância, expõem que:

A infância e adolescência são etapas fundamentais para todo indivíduo, pois é quando se aprende sobre a vida, família, regras morais e éticas, e quando traumas surgem, geram problemas ao indivíduo que não sendo tratado, ficará prejuízos para a vida toda. E conforme o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990) considera-se criança até doze anos de idade completos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. E é dever da família e da sociedade assegurar que esses indivíduos tenham todos os direitos que se aplicam a Lei sem descriminalização. E a violência sexual em qualquer idade da vida, gera problemas cognitivos que são transferidos de forma negativa na sociedade, como isolamento, agressividade, agressões físicas que se manifestam em diferentes contextos. E com isso aumentando o número de casos que muitas vezes não são denunciados.

Observa-se que, muitas vezes comportamentos agressivos, isolamento, entre outros, como problemas cognitivos, acabam sendo reflexo da violência sofrida pela criança ou adolescente, mas que muitas vezes passam despercebidos, mascarados por suposição de falta de educação ou de imposição de limites, dificultando a percepção do que de fato tem acontecido e a denúncia às autoridades competentes. Misaka (2015, p. 238) afirma que “a violência sexual infantil traz efeitos traumáticos tanto para quem dela participa (como autor ou vítima) como àqueles que a presenciam”. E que “quando ela se instala no âmbito familiar é capaz de comprometer toda a estrutura familiar e o desenvolvimento sadio dos integrantes” (MISAKA, 2015, p. 238).

Nesse ponto, aborda-se não apenas o posicionamento, mas também os impactos sofridos pela família da criança que sofre abuso sexual no próprio contexto familiar, onde deveria estar protegida e cuidada. De acordo com Cunha e Dutra (2019, p. 103), “nas relações cotidianas, quando se compartilha casos de abuso sexual infantil, é comum que as primeiras impressões sobre a mãe da criança em questão sejam atravessadas pela culpabilização e negligência”. E reforçando, “esse pré-julgamento é evidenciado na literatura em que a mãe é rotulada previamente como cúmplice, sem considerá-la como alguém que também precisa de assistência e apoio” (CUNHA e DUTRA, 2019, p. 103).

Observa-se, de acordo com o que foi citado, que há pré-julgamentos sobre a posição da família, e mais ainda da mãe da criança sobre sua culpa e negligência, em um momento em que toda a instituição e núcleo familiar precisa de apoio a fim de que possa dar o devido suporte e respaldo à criança/vítima no momento doloroso em que se encontra. Contudo, Misaka (2015, pp. 240-241) traz à luz das discussões que “normalmente a violência sexual é

praticada de forma clandestina e o descortinar dessa situação só ocorre quando um dos envolvidos quebra o silêncio ou, ocasionalmente, há a descoberta por terceiros”.

Ainda é válido salientar que, em geral, recai sobre a mãe a “culpa” por ter acontecido o caso de abuso com a criança, e nessa direção, a mesma passa a ser apontada como negligente ou ainda, como alguém que foi conivente com a situação de violência sexual infantil. Por isso, é fundamental que haja um olhar diferenciado direcionado aos familiares, que além de sofrerem, muitas vezes, culpando a si mesmos, precisam lidar com a quebra de confiança dentro do seio familiar, e que ainda assim precisam proporcionar à criança a sensação de estar novamente protegida e segura, buscando reconquistar a confiança da vítima de abuso.

Nesse ponto, Lima e Alberto (2010, p. 130, citado por CUNHA e DUTRA, 2019, p. 104) afirmam que o apoio familiar é “imprescindível para o encaminhamento da situação de violência vivida pela criança e pelo adolescente”. Torna-se evidente a importância de que a criança ou o adolescente, vítimas de abuso sexual, encontrem em suas famílias o apoio para que comecem a se restabelecer e, para isso, é fundamental que essa família tenha o devido respaldo e apoio psicológico para que possa de fato amparar a criança e o adolescente nesse momento tão doloroso e traumático, para que possam superar o trauma sofrido da melhor forma possível. É válido observar que fatores variáveis podem tornar os danos psicológicos mais graves, de acordo com Miranda e Corcoran (2000, citado por SAID, JUNQUEIRA e COSTA, 2016, p. 6):

Alguns fatores podem agravar o dano psicológico nas vítimas de situações sexualmente abusivas: a idade do início do abuso, a diferença de idade entre a pessoa que cometeu o abuso e a criança que sofreu o abuso, o estreitamento da relação entre a pessoa que cometeu e a criança que sofreu e ainda a ausência de figuras parentais protetoras.

É possível observar, partindo do supracitado, a necessidade de voltar à atenção para detalhes que podem agravar os danos psicológicos sofridos pela vítima do abuso sexual, a fim que, partindo desses detalhes, seja possível buscar meios de ajudar mais efetivamente no processo de superação dos traumas por meio do trabalho psicológico. É válido reiterar que, esse trabalho deve ser voltado não apenas às vítimas, mas também às famílias que darão suporte e acolhimento. Sendo assim, Antony e Almeida (2018, p. 187) reforçam que:

A criança, ao sofrer um trauma, tem a unidade integrada corpo-mente rompida. O corpo, sede das emoções e sensações, passa a ser objeto temido/negado/alienado e, para defender-se do medo, da angústia aterrorizante, a criança corta a conexão com a mente, lugar dos pensamentos e imagens. Ao bloquear o contato com os pensamentos e sentimentos dolorosos, dá origem às somatizações (dores e

enfermidades no corpo), aos sintomas de ordem cognitiva (como desatenção, falhas de memória, pensamento lentificado) e aos de fundo psicológico, como depressão, fobias, ansiedades, ideias obsessivas, condutas compulsivas, transtornos alimentares.

Compreende-se, assim, a complexidade dos danos causados a uma criança que sofre violência/abuso sexual e, nessa direção, nos casos intrafamiliares é fundamental que haja atenção voltada também àqueles que darão apoio a essa criança, para que a mesma possa, aos poucos, superar o trauma. Dados expostos por Cardoso e Garcias (2020, p. 38) alertam e chamam a atenção para a gravidade e quantidade de abusos infantis no Brasil:

De acordo com dados da OMS, no Brasil, a gravidade desse fenômeno pode ser averiguada pelas 21.199 notificações de violência que envolvem crianças com faixa etária entre zero a nove anos em 2009 e 2010. Dessas notificações verificou-se que 35,6% das crianças foram acometidas por práticas de negligência, 35,6% sofreram violência sexual, e 32,8% violência física. Números alarmantes têm exibido que grande parte das práticas de violência são acometidas pelos próprios familiares.

Através destes dados, torna-se clara a importância da necessidade de abordar cada vez mais a temática de forma ética e responsável, alertar as famílias sobre o que pode acontecer onde menos se espera a fim de tentar evitar ainda mais casos de violência/abuso sexual contra as crianças e os jovens, e, mais ainda, preparar as famílias para situações que não foram possíveis de evitar. Desta forma, sobre os danos causados por abuso sexual na infância, De Cássia Lima e Rocha (2018, p. 35) salientam que:

O abuso sexual contra crianças e adolescentes prejudicam o desenvolvimento cognitivo, e apresentando psicopatologias como transtornos de humor, de ansiedade, depressão. A violência geralmente não é divulgada, e dificilmente é descoberta, pois nem todos os casos são denunciados, ou pôr os responsáveis interpretarem com uma situação imaginária da criança. E a vivência do trauma podem acarretar sérios prejuízos tanto na vida infanto-juvenil como na vida adulta.

É importante salientar que, a partir disto, nos casos não divulgados ou não descobertos, são os sinais e sintomas deixados pela violência que denunciam a sua ocorrência, de modo que é por um olhar atento dos cuidadores e de quem mais tenha contato com a criança e o adolescente que é possível cuidar e preservar esses jovens. Nessa direção, ainda de acordo com as autoras De Cássia Lima e Rocha (2018, p. 38) compreende-se a importância da realização do tratamento psicoterápico:

O tratamento psicoterápico para crianças e adolescentes vítimas de eventos traumáticos segundo uma revisão dos autores como [...] a Terapia Cognitiva Comportamental é uma abordagem que tem apresentado melhores resultados referentes ao tema, com implantação de plano de tratamento em sintomas específicos, como ansiedade, estresse pós-traumático e esquiva. Pois o trauma gera percepções de insegurança, incompetência, sentimentos de solidão, tristeza, vergonha, raiva, angústia e medo. E pensamentos e sentimentos, ativados nestas situações, cristalizam crenças de não ser amada, de ser insegura e incapaz.

Pelo exposto até aqui, é válido, mais uma vez, salientar a importância que a base familiar tem para lidar com os sentimentos e os pensamentos causados pela violência sofrida pela criança, de modo a incentivá-la e apoiá-la durante todo o tratamento podendo assim sentir-se novamente protegida, amada e de fato cuidada por seus familiares. Os impactos da violência são enormes e geram muitos prejuízos psicológicos, emocionais, afetivos nos jovens e na sua família, de maneira que o papel da psicologia é o de oferecer o espaço e a possibilidade de superar e viver isso de forma diferente, menos traumática.

3. METODOLOGIA

A pesquisa descritiva, escolhida para o desenvolvimento do presente estudo, conforme exposto por Gil (2008) é marcado pelo uso de técnicas de coletas de dados padronizados, para se buscar evidenciar resultados que procurem responder aos questionamentos e levantamentos sobre o que se está pesquisando. No âmbito acadêmico e escolar a pesquisa bibliográfica é o tipo mais utilizado onde está se pauta na coleta de dados e informações utilizando principalmente a coleta de tais em livros, artigos e revistas. No tocante à pesquisa bibliográfica, Fonseca (2002, p. 31) expõe que:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas “já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de “web sites” sobre o tema a estudar. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

Por meio da pesquisa bibliográfica se é possível conhecer fatos e informações de épocas muito antigas, onde não existia outro tipo de registro a não ser por meio de escrituras e outros tipos de materiais que se utilizavam. Conforme Gil (2008) o pesquisador ao realizar pesquisas bibliográficas deve se atentar e confirmar as fontes das quais ele retira informações pois pode acontecer das informações presentes nessa fonte pode ser sem procedência, o que pode comprometer toda a pesquisa.

4. CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como intuito trazer à luz das discussões as questões inerentes à vulnerabilidade de alguns grupos sociais no que se refere ao abuso sexual infantil intrafamiliar. É importante que haja atenção profissional não apenas à vítima, mas também àqueles familiares que serão sua rede de apoio para a superação dos traumas. Além disso, é

essencial que haja cada vez mais conhecimento dos profissionais de saúde e educação para que possam detectar os casos o mais precocemente possível, para que se possa buscar intervenções o quanto antes.

A pesquisa mostrou-se de suma relevância, não apenas no âmbito profissional, mas também pessoal. A temática proposta traz desconforto durante as reflexões pertinentes ao estudo realizado, tornando ainda mais claro o quanto, por vezes, como integrantes de uma sociedade, fechamos os olhos para os casos de violência sexual intrafamiliar. E nesse sentido, é evidente o quanto o assunto aqui proposto deve ser, cada vez mais, trazido à luz das reflexões e pesquisas, para que de fato, como profissionais e cidadãos, possamos colaborar com o apoio às vítimas e às famílias.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONY, Sheila; ALMEIDA, Ediléia Menezes de. Vítimas de violência sexual intrafamiliar: uma abordagem gestáltica. **Revista do NUFEN**, v. 10, n. 2, p. 184-201, 2018.

CARDOSO, Nathalia; GARCIAS, Adrielly Aparecida. VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR E O DESENVOLVIMENTO DO TRANSTORNO DE ESTRESSE PÓS-TRAUMÁTICO EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA VISÃO ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL. **Akrópolis-Revista de Ciências Humanas da UNIPAR**, v. 28, n. 1, 2020.

CUNHA, Gabriela Gibson; DUTRA, Elza Maria do Socorro. Um olhar fenomenológico para mães de crianças vítimas de abuso sexual: uma revisão de literatura. **Revista da Abordagem Gestáltica: PhenomenologicalStudies**, v. 25, n. 1, p. 103-110, 2019.

DA CONCEIÇÃO SANCHES, Leideet al. Violência sexual infantil no Brasil: uma questão de saúde pública. **Revista Iberoamericana de Bioética**, n. 9, p. 1-13, 2019.

DA LUZ GOMES, Joziane; FARIA, Graciela Sanjutá Soares. ABUSO SEXUAL INFANTIL. **Anais do EVINCI-UniBrasil**, v. 3, n. 2, p. 917-932, 2017.

DE CÁSSIA LIMA, Naiara; ROCHA, Hellen Caroline. TERAPIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL. **Saúde Integral**, v. 1, n. 1, p. 34-43, 2018.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da Pesquisa Científica**. 2002. Disponível em: <http://197.249.65.74:8080/biblioteca/bitstream/123456789/716/1/Metodologia%20da%20Pesquisa%20Cientifica.pdf>.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

MISAKA, Marcelo Yukio. VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL INTRAFAMILIAR: NÃO HÁ APENAS UMA

VÍTIMA!. **Revista Direitos sociais e políticas públicas (UNIFAFIBE)**, v. 2, n. 2, p. 237-277, 2015.

SAID, Amanda Pinheiro; JUNQUEIRA, Eika Lobo; COSTA, Liana Fortunato. A passagem ao ato no abuso sexual intrafamiliar fraterno de menino. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, n. 14, p. 5-12, 2016.